

estudos e pesquisas

Nº 72 – Julho de 2014

Balço dos Pisos Salariais Negociados em 2013

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Balanço dos pisos salariais negociados em 2013

Pelo nono ano consecutivo, o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, através do Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE), divulga o balanço anual dos pisos salariais do Brasil.

Foram analisados os pisos salariais definidos por meio de acordos e convenções coletivas firmadas em 2013 e referentes a 685 unidades de negociações dos setores da Indústria, Comércio, Serviços e Rural em todas as regiões geográficas brasileiras. Os dados revelam que cerca de 95% das unidades de negociação pesquisadas conquistaram reajustes acima da inflação para os pisos salariais, segundo o INPC-IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Os valores acordados variaram entre R\$ 678,00, equivalente ao valor do salário mínimo vigente em 2013, e R\$ 3.600,00. O valor médio dos pisos salariais foi de R\$ 879,04, cerca de 9% maior, em termos nominais, que o valor médio observado nas mesmas unidades de negociação em 2012.

Critérios de diferenciação dos pisos salariais

Em 2013, cerca de 27% das 685 unidades de negociação analisadas definiram um único valor de piso salarial nos seus acordos ou convenções coletivas. O percentual é ligeiramente inferior ao observado no ano anterior, quando foi de 28%. As demais unidades de negociações – que totalizam cerca de 73% do painel de 2013 estudado – registraram mais de um valor de piso salarial. Na maior parte dos casos, os pisos salariais foram definidos segundo um único critério de diferenciação – observado em $\frac{2}{3}$ destas unidades de negociação. No outro $\frac{1}{3}$, os pisos foram definidos segundo a combinação de dois ou mais critérios.

A forma mais frequente de diferenciação nos valores dos pisos salariais foi por função exercida pelo trabalhador, observado em 49% das unidades de negociação analisadas. A segunda forma mais frequente utiliza o critério de tempo de serviço, em geral pela adoção de um valor de piso no momento da admissão, e outro, superior, após o cumprimento do contrato de experiência, observado em 21% das unidades de negociação. Os outros critérios verificados foram: por dimensão da empresa, presente em 11% das unidades de negociação; reajuste durante a vigência do acordo¹, presente em 6%; por localização da empresa, em geral distinguindo empresas localizadas em grandes cidades de empresas localizadas em cidades de pequeno e médio porte, presente em 4%; por duração da jornada, presente em 2%; e segundo outros critérios, presente em cerca de 9% (Tabela 1).

¹ Quando o acordo ou convenção coletiva define um novo reajuste do valor do piso salarial, após o reajuste da data-base, a ser aplicado ainda durante a sua vigência.

TABELA 1
CrITÉRIOS para a definição de pisos salariais em cada unidade de negociação
Brasil, 2012-2013

CrITÉRIOS	2012		2013	
	nº	%	nº	%
Valor único	192	28,0	182	26,6
Valores diferenciados⁽¹⁾	493	72,0	503	73,4
<i>por função</i>	331	48,3	332	48,5
<i>por tempo de serviço</i>	135	19,7	144	21,0
<i>por dimensão da empresa</i>	74	10,8	76	11,1
<i>durante a vigência do acordo</i>	42	6,1	43	6,3
<i>por localidade da empresa</i>	25	3,6	24	3,5
<i>por duração da jornada</i>	12	1,8	12	1,8
<i>outros critérios</i>	49	7,2	59	8,6
Total	685	100,0	685	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) A soma dos subitens ultrapassa o total, pois um mesmo piso pode ser definido por mais de um critério

Para a análise a seguir, foi considerado, em cada unidade de negociação, somente o menor piso salarial definido para os trabalhadores que desempenham a atividade-fim no setor ou empresa contratante. No caso das unidades de negociação com mais de um piso salarial, portanto, não foram considerados os pisos salariais definidos para os trabalhadores que desempenham atividades-meio, nem os pisos salariais para as atividades-fim que eram superiores ao valor do piso mínimo.

Reajustes dos pisos salariais em 2013

A maior parte das unidades de negociação analisadas no estudo (95%) conquistou aumentos reais para os pisos em 2013, segundo comparação com o INPC-IBGE. Os aumentos reais se concentraram nas faixas de ganho de até 4% acima da inflação, com maior incidência nas faixas de ganho entre 2% e 3% e entre 1% e 2%.

Na desagregação por setor econômico, verifica-se comportamento semelhante. Em todos os setores, o percentual de unidades de negociação com aumento real nos pisos salariais foi superior a 90%, com maior incidência de pisos com aumentos reais no Comércio e na Indústria, em ambos em torno de 97%. Também em todos os setores, os ganhos reais localizaram-se em torno da faixa de 2% a 3% acima do INPC-IBGE, embora não na mesma proporção.

Quanto aos reajustes abaixo da inflação, observados em cerca de 3% do painel, verifica-se que estes foram mais frequentes no setor Rural (em 7% das unidades de negociação do setor) e nos Serviços (5%). Os reajustes abaixo do INPC-IBGE se concentraram na faixa de até 1% abaixo da inflação, sendo poucas as negociações que

tiveram perdas reais superiores. Nos Serviços, perdas superiores a 1% foram observadas em 2% das negociações do setor. (Tabela 2).

TABELA 2
Distribuição dos reajustes dos pisos salariais, em comparação
com o INPC-IBGE, total e por setor econômico
Brasil, 2013

(em %)					
Variação	Indústria	Comércio	Serviços	Rural	Total
Acima do INPC-IBGE	96,8	97,4	91,7	92,6	95,3
Mais de 10% acima	2,3	0,9	3,1	0,0	2,2
De 9,01% a 10% acima	0,9	0,0	0,0	0,0	0,4
De 8,01% a 9% acima	1,7	0,9	0,5	0,0	1,2
De 7,01% a 8% acima	1,1	1,7	2,6	0,0	1,6
De 6,01% a 7% acima	2,3	3,4	1,6	0,0	2,2
De 5,01% a 6% acima	3,4	7,7	2,6	0,0	3,8
De 4,01% a 5% acima	7,2	4,3	5,2	14,8	6,4
De 3,01% a 4% acima	13,2	19,7	19,8	11,1	16,1
De 2,01% a 3% acima	30,4	36,8	22,4	44,4	29,8
De 1,01% a 2% acima	23,5	17,1	20,8	18,5	21,5
De 0,01% a 1% acima	10,9	5,1	13,0	3,7	10,2
Igual ao INPC-IBGE	1,4	0,9	3,1	0,0	1,8
De 0,01% a 1% abaixo	1,1	0,9	3,1	7,4	1,9
De 1,01% a 2% abaixo	0,3	0,0	0,5	0,0	0,3
De 2,01% a 3% abaixo	0,0	0,0	0,5	0,0	0,1
De 3,01% a 4% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
De 4,01% a 5% abaixo	0,3	0,0	0,5	0,0	0,3
Mais de 5% abaixo	0,0	0,0	0,5	0,0	0,3
Abaixo do INPC-IBGE	1,7	0,9	5,2	7,4	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Para o cálculo dos reajustes dos pisos salariais, foram comparados os valores do menor piso definido para a atividade-fim em 2012 e 2013 em cada uma das 685 unidades de negociação analisadas

b) Foram considerados os pisos salariais de 349 unidades de negociação da indústria, 117 do comércio, 192 dos serviços e 27 do setor rural

O aumento real médio dos pisos salariais em 2013 foi de 2,8%, sempre na comparação com o INPC-IBGE. Ficou próximo, portanto, do aumento real aplicado ao salário mínimo no mesmo ano, de aproximadamente 2,6%. Na desagregação por setor econômico, observam-se poucas diferenças entre os valores médios dos aumentos reais (Tabela 3).

Quanto aos valores médios dos ganhos reais – ou seja, aquele valor localizado exatamente entre a metade mais alta e a metade mais baixa dos ganhos reais – o valor foi de 2,4%, com pouca variação na desagregação por setores econômicos (Tabela 3).

TABELA 3
Aumentos e perdas dos pisos salariais, segundo comparação com o INPC-IBGE, total e por setor econômico
Brasil, 2013

	(em %)				
Aumento Real	Indústria	Comércio	Serviços	Rural	Total
Maior ⁽¹⁾	19,2	14,3	21,6	4,8	21,6
3º Quartil	3,6	3,6	3,1	3,0	3,5
Mediana	2,3	2,7	2,3	2,6	2,4
1º Quartil	1,7	2,1	1,3	1,7	1,7
Menor	-4,1	-14,1	-6,2	-0,2	-14,1
Médio	2,9	2,9	2,7	2,5	2,8

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Para o cálculo dos reajustes dos pisos salariais, foram comparados os valores do menor piso definido para a atividade-fim em 2012 e 2013 em cada uma das 685 unidades de negociação analisadas

b) Foram considerados os pisos salariais de 349 unidades de negociação da indústria, 117 do comércio, 192 dos serviços e 27 do setor rural

c) Valores negativos equivalem a perdas reais

Valores dos pisos salariais em 2013

Cerca de 6% das unidades de negociação analisadas em 2013 apresentaram pisos salariais em valor igual ao salário mínimo vigente. Quase um terço registrou pisos de até R\$ 750,00, e aproximadamente a metade, pisos de até R\$ 800,00 – valor equivalente a 1,18 salários mínimos. Pisos salariais superiores a R\$ 1.000,00 foram observados em 16% das negociações analisadas; e superiores a R\$ 2.000,00, em 1,5% (Tabela 4).

TABELA 4
Distribuição dos pisos salariais, por faixas de valor nominal
Brasil, 2013

Piso Salarial	nº	%	% acum.
R\$ 678,00	42	6,1	6,1
De R\$ 678,01 a R\$ 700,00	70	10,2	16,4
De R\$ 700,01 a R\$ 750,00	108	15,8	32,1
De R\$ 750,01 a R\$ 800,00	114	16,6	48,8
De R\$ 800,01 a R\$ 850,00	96	14,0	62,8
De R\$ 850,01 a R\$ 900,00	63	9,2	72,0
De R\$ 900,01 a R\$ 950,00	45	6,6	78,5
De R\$ 950,01 a R\$ 1.000,00	39	5,7	84,2
De R\$ 1.000,01 a R\$ 1.100,00	37	2,4	89,6
De R\$ 1.100,01 a R\$ 1.200,00	21	3,1	92,7
De R\$ 1.200,01 a R\$ 1.300,00	16	2,3	95,0
De R\$ 1.300,01 a R\$ 1.400,00	7	1,0	96,1
De R\$ 1.400,01 a R\$ 1.500,00	7	1,0	97,1
De R\$ 1.500,01 a R\$ 1.750,00	5	0,7	97,8
De R\$ 1.750,00 a R\$ 2.000,00	5	0,7	98,5
De R\$ 2.000,01 a R\$ 2.250,00	6	0,9	99,4
Acima de R\$ 2.250,00	4	0,6	100,0
Total	685	100,0	-

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

O valor médio dos pisos salariais foi de R\$ 879,04 – equivalente a 1,3 salário mínimo de 2013. O valor mediano foi de R\$ 805,00 – correspondente a 1,2 salário mínimo; e o valor do terceiro quartil, abaixo do qual estão 75% dos pisos salariais analisados, foi de R\$ 925,00 – equivalente a 1,4 salário mínimo.

Na desagregação setorial, o maior valor médio foi observado nos Serviços (R\$ 931,53), seguido pela Indústria (R\$ 886,07). Na comparação entre os valores medianos e do primeiro e terceiro quartil, os pisos da Indústria foram superiores aos dos Serviços. No entanto, o registro de pisos mais elevados no setor Serviços revela uma distribuição mais dispersa neste setor. No geral, porém, os pisos da Indústria são superiores aos dos Serviços, bem como do que os encontrados nos demais setores. Os menores pisos salariais foram verificados no Comércio e no setor Rural. Entre os rurais, em particular, o valor médio foi o menor da pesquisa: R\$ 748,22 (Tabela 5).

TABELA 5
Dados estatísticos sobre os pisos salariais,
total e por setor econômico
Brasil, 2013

Piso Salarial	Indústria	Comércio	Serviços	Rural	Total
Maior ⁽¹⁾	R\$ 2.038,22	R\$ 1.488,00	R\$ 3.600,00	R\$ 873,67	R\$ 3.600,00
3º Quartil	R\$ 970,00	R\$ 840,00	R\$ 917,77	R\$ 779,91	R\$ 925,00
Mediana	R\$ 827,20	R\$ 755,00	R\$ 810,00	R\$ 751,14	R\$ 805,00
1º Quartil	R\$ 750,00	R\$ 700,00	R\$ 725,35	R\$ 705,00	R\$ 725,92
Menor	R\$ 678,00	R\$ 678,00	R\$ 678,00	R\$ 688,15	R\$ 678,00
Médio	R\$ 886,07	R\$ 802,12	R\$ 931,53	R\$ 748,22	R\$ 879,04

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Valor mais elevado do conjunto formado pelos pisos únicos e pelos menores pisos salariais acordados para a atividade-fim nos documentos com mais de um piso salarial

Obs.: Foram considerados os pisos salariais de 349 unidades de negociação da indústria, 117 do comércio, 192 dos serviços e 27 do setor rural

Pisos salariais em valor igual ou muito próximo ao salário mínimo foram observados em todas as atividades econômicas analisadas. Os maiores pisos salariais foram observados nos acordos dos trabalhadores metalúrgicos, profissionais da saúde, profissionais em comunicação – caso dos jornalistas, em especial – e bancários. Nestes segmentos, portanto, observam-se as maiores disparidades entre o maior e menor piso salarial acordado. As menores disparidades foram observadas nos acordos dos trabalhadores nos segmentos que tenderam a registrar os menores pisos salariais do estudo: na indústria do vestuário – que inclui o setor de calçados e de confecções –, na indústria têxtil, indústria gráfica, no comércio varejista e atacadista e nos serviços de turismo e hospitalidade – segmentos que registraram, portanto, os menores pisos salariais do estudo. Das 19 atividades econômicas apresentadas na Tabela 6², a seguir, apenas em cinco o salário mínimo não representa o menor piso.

² Nove atividades econômicas das Indústria, duas do Comércio, sete dos serviços, além do setor Rural, aqui considerado também como atividade econômica.

TABELA 6
Maior e menor piso salarial e piso salarial mediano,
total e por setor e atividade econômica
Brasil, 2013

Setor / Atividade Econômica	Maior ⁽¹⁾	Mediana	Menor	Maior / Menor	Nº de pisos
Indústria	R\$ 2.038,22	R\$ 827,20	R\$ 678,00	3,01	349
Alimentação	R\$ 1.265,00	R\$ 886,61	R\$ 678,00	1,87	56
Construção e Mobiliário	R\$ 1.185,80	R\$ 809,60	R\$ 678,00	1,75	77
Gráfica	R\$ 979,00	R\$ 761,29	R\$ 678,00	1,44	13
Metalúrgica	R\$ 2.038,22	R\$ 906,50	R\$ 678,00	3,01	68
Papel, Papelão e Cortiça	R\$ 1.271,60	R\$ 967,03	R\$ 678,00	1,88	16
Química e Farmacêutica	R\$ 1.193,50	R\$ 837,00	R\$ 694,00	1,72	29
Fiação e Tecelagem	R\$ 955,00	R\$ 776,60	R\$ 678,00	1,41	17
Urbana	R\$ 1.279,82	R\$ 987,32	R\$ 678,00	1,89	18
Vestuário	R\$ 850,00	R\$ 734,75	R\$ 678,00	1,25	39
Comércio	R\$ 1.488,00	R\$ 755,00	R\$ 678,00	2,19	117
Varejista e Atacadista	R\$ 977,50	R\$ 755,00	R\$ 678,00	1,44	95
Minérios e Deriv. de Petróleo	R\$ 1.488,00	R\$ 761,83	R\$ 678,00	2,19	18
Serviços	R\$ 3.600,00	R\$ 810,00	R\$ 678,00	5,31	192
Bancos e Seguros Privados	R\$ 2.043,36	R\$ 1.155,60	R\$ 686,31	2,98	11
Comunicações, Publ. e Jornal.	R\$ 2.651,16	R\$ 837,50	R\$ 678,00	3,91	26
Educação Privada	R\$ 1.001,49	R\$ 794,48	R\$ 693,00	1,45	13
Segurança e Vigilância	R\$ 1.473,08	R\$ 874,77	R\$ 678,00	2,17	15
Serviços de Saúde Privada	R\$ 3.600,00	R\$ 820,00	R\$ 684,50	5,26	19
Transportes	R\$ 1.628,07	R\$ 900,01	R\$ 678,00	2,40	32
Turismo e Hospitalidade	R\$ 965,05	R\$ 755,00	R\$ 678,00	1,42	53
Rural	R\$ 873,67	R\$ 751,14	R\$ 688,15	1,27	27
Total	R\$ 3.600,00	R\$ 805,00	R\$ 678,00	5,31	685

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Valor mais elevado do conjunto formado pelos pisos únicos e pelos menores pisos salariais acordados para a atividade-fim nos documentos com mais de um piso salarial

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com 10 ou mais unidades de negociação registradas no painel

b) Nos totais por setor e total geral da tabela são considerados todos os pisos salariais correspondentes, o que inclui os pisos das atividades econômicas não apresentadas na tabela

Pisos salariais segundo as regiões geográficas

As regiões Sul e Sudeste foram as que apresentaram, no recorte regional, os maiores pisos salariais do estudo. No Sudeste, o valor médio do piso foi de R\$ 919,64. No Sul, R\$ 887,35. Na comparação entre os valores medianos, a ordem se inverte: R\$ 847,00 para a região Sul; R\$ 825,00, para a região Sudeste. Ainda assim, tanto na média quanto no mediano, as duas regiões contam com valores superiores em relação às demais.

A região Norte é a que apresentou o menor valor médio dos pisos salariais (R\$ 785,00). No entanto, na comparação entre os valores medianos e do primeiro e terceiro quartil, a região Nordeste é quem apresentou os menores valores (Tabela 7).

TABELA 7
Dados estatísticos sobre os pisos salariais,
por região geográfica
Brasil, 2013

Piso Salarial	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Maior ⁽¹⁾	R\$ 1.279,82	R\$ 2.932,60	R\$ 1.950,00	R\$ 3.600,00	R\$ 2.038,22
3º Quartil	R\$ 819,64	R\$ 779,83	R\$ 877,53	R\$ 1.004,21	R\$ 930,30
Mediana	R\$ 750,00	R\$ 719,70	R\$ 768,60	R\$ 825,00	R\$ 847,00
1º Quartil	R\$ 702,00	R\$ 693,81	R\$ 690,35	R\$ 755,00	R\$ 792,50
Menor	R\$ 678,00				
Médio	R\$ 785,11	R\$ 803,84	R\$ 834,16	R\$ 919,64	R\$ 887,35

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Valor mais elevado do conjunto formado pelos pisos únicos e pelos menores pisos salariais acordados para a atividade-fim nos documentos com mais de um piso salarial

Obs.: a) No painel analisado, 45 pisos salariais foram acordados por unidades de negociação da região Norte; 128, da região Nordeste; 42, da região Centro-Oeste; 275, da região Sudeste; 191, da região Sul

b) Devido ao baixo número de unidades de negociação com abrangência nacional (4), estas não foram consideradas na tabela

Além dos pisos analisados acima, foram captados, também, quatro pisos salariais referentes a unidades de negociação com abrangência nacional: duas unidades de negociação de trabalhadores bancários, uma de aeronautas e uma de trabalhadores em indústria extrativa. Esses pisos variaram entre R\$ 1.325,00 e R\$ 2.043,36 e apresentaram o valor médio de R\$ 1.624,94.

Pisos salariais e formação escolar

Em 2013, apenas 16 unidades de negociação – cerca de 2% do painel analisado – definiram pisos mínimos para funções que exigiam formação no ensino superior. O valor médio dos pisos salariais nos acordos dessas unidades de negociação foi de R\$ 1.795,20, quase 110% a mais do que o valor médio registrado nas unidades de negociação com pisos salariais sem exigência de ensino superior.

A diferença entre os menores pisos dos dois conjuntos de negociação foi de 10%; e entre os maiores pisos, de 76%. No piso mediano e no 3º quartil, porém, a diferença ultrapassava 140% (Tabela 8).

TABELA 8
Dados estatísticos sobre os pisos salariais acordados para funções
com e sem exigência de nível universitário
Brasil, 2013

Piso Salarial	Nível universitário (A)	Nível não universitário (B)	Razão A/B
Maior ⁽¹⁾	R\$ 3.600,00	R\$ 2.043,36	1,76
3º quartil	R\$ 2.235,60	R\$ 910,00	2,46
Mediana	R\$ 1.930,00	R\$ 801,90	2,41
1º quartil	R\$ 969,16	R\$ 725,00	1,34
Menor	R\$ 748,32	R\$ 678,00	1,10
Médio	R\$ 1.795,20	R\$ 857,13	2,09

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Valor mais elevado do conjunto formado pelos pisos únicos e pelos menores pisos salariais acordados para a atividade-fim nos documentos com mais de um piso salarial

Obs.: No painel analisado, 669 pisos salariais se referiam a funções sem exigência de nível universitário e 16 a funções que o exigiam

Salário Mínimo e Salário Mínimo Necessário

Em 2013, o valor do Salário Mínimo Necessário³, calculado pelo DIEESE, variou entre R\$ 2.621,70 – aferido em setembro – e R\$ 2.892,47 – aferido em abril, resultando em um valor médio anual de R\$ 2.765,33, cerca de 4,08 salários mínimos oficiais (Tabela 9).

No painel analisado, apenas duas unidades de negociação, ambas em convenções coletivas de médicos, registraram pisos salariais superiores ao valor médio do Salário Mínimo Necessário.

³ O Salário Mínimo Necessário é o valor estimado mensalmente pelo DIEESE, com base no custo da cesta básica de alimentos e nas demais despesas do orçamento de uma família composta por dois adultos e duas crianças, para cobrir as despesas necessárias básicas previstas na Constituição Federal (art. 7º, inciso IV).

TABELA 9
Salário Mínimo e Salário Mínimo Necessário
Brasil, 2013

Data-Base	Salário Mínimo	Salário Mínimo Necessário	
		Em R\$	Em Salário Mínimo
Janeiro	R\$ 678,00	2.674,88	3,95
Fevereiro	R\$ 678,00	2.743,69	4,05
Março	R\$ 678,00	2.824,92	4,17
Abril	R\$ 678,00	2.892,47	4,27
Maio	R\$ 678,00	2.873,56	4,24
Junho	R\$ 678,00	2.860,21	4,22
Julho	R\$ 678,00	2.750,83	4,06
Agosto	R\$ 678,00	2.685,47	3,96
Setembro	R\$ 678,00	2.621,70	3,87
Outubro	R\$ 678,00	2.729,24	4,03
Novembro	R\$ 678,00	2.761,58	4,07
Dezembro	R\$ 678,00	2.765,44	4,08
Média anual	R\$ 678,00	2.765,33	4,08

Fonte: DIEESE

Considerações finais

Em 2013, cerca de 95% das unidades de negociação analisadas pelo DIEESE conquistaram reajustes para os pisos salariais acima da inflação medida pelo INPC-IBGE. O resultado, por si expressivo, é ligeiramente inferior ao registrado em 2012, quando o percentual de unidades de negociação com aumentos reais atingiu 98%⁴. Redução maior foi observada em relação à magnitude dos aumentos reais conquistados. Enquanto em 2013 os ganhos foram, em média, de 2,8% acima do INPC-IBGE, em 2012 os ganhos foram de 5,6%.

A diferença entre o desempenho das negociações de 2012 e 2013 pode ser decorrente, em parte, da valorização do salário mínimo, cuja influência sobre as negociações dos pisos salariais vem sendo observada pelo DIEESE nos últimos anos. Em 2012, o salário mínimo foi reajustado em 14%, implicando um ganho real de 7,6%. Em 2013, o reajuste foi de 9%, o que representa um ganho real menor, de 2,6%. Em que pese a diferença entre o ganho real do salário mínimo e o ganho real médio dos pisos salariais em 2012 – em 2013 a diferença foi diminuta –, ainda assim se nota a influência da valorização do salário mínimo. Parece plausível supor que a valorização do salário mínimo em 2012 “puxou para cima” a valorização dos pisos salariais naquele ano.

⁴ DIEESE. Balanço dos Pisos Salariais Negociados em 2012. São Paulo, SP. DIEESE, jul.2013. 16p. (Estudos e Pesquisas, 67). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodospisos/2012/estPesq67BalPisos2012.pdf>

Tome-se outro exemplo da influência do salário mínimo nas negociações dos pisos salariais. Tanto em 2012 como em 2013, $\frac{1}{4}$ dos pisos salariais analisados tinha valor igual ou abaixo de 1,1 salário mínimo, metade tinha valor igual ou abaixo de 1,2 salário mínimo e $\frac{3}{4}$ tinham valor igual ou abaixo a 1,4 salário mínimo⁵. Manteve-se, portanto, em 2013, a escala de distância dos pisos salariais em relação ao salário mínimo.

A ação positiva que a política de valorização do salário mínimo vem produzindo na negociação dos pisos salariais pode ser observada na comparação com os resultados das negociações dos reajustes dos salários que lhes são superiores. Em 2013, o percentual de unidades de negociação com aumento real nos salários foi de 87%, e o valor médio do aumento real foi de 1,25%⁶. Em relação, aos pisos salariais, como visto, 95% dos pisos tiveram aumento real, que atingiu a média de 2,8%. Desde pelo menos 2009, quando o DIEESE passou a acompanhar os reajustes dos pisos salariais, estes têm se valorizado mais do que os demais salários.

Um dos efeitos benéficos da maior elevação dos pisos salariais em relação a dos demais salários é a redução na disparidade salarial dentro das empresas e categorias profissionais. Se a redução ocorrer através do incremento dos salários de todos os trabalhadores, os benefícios serão gerais, uma vez que todos os salários se elevam, mas os menores salários aumentam mais, reduzindo a desigualdade salarial.

A correlação positiva entre a política de valorização do salário mínimo e a valorização dos pisos salariais, assim como a dos demais salários, é um dado importante para o debate sobre a continuidade da referida política, a partir de 2016.

⁵ Em 2012, os valores eram – primeiro quartil: R\$ 664,50; mediana: R\$ 729,79; terceiro quartil: R\$ 844,83. O salário mínimo era de R\$ 622,00.

⁶ DIEESE. Balanço das Negociações dos Reajustes Salariais de 2013. São Paulo, SP. DIEESE, abr. 2014. 30p. (Estudos e Pesquisas, 71). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2013/estPesq71BalancoReajustes2013.pdf>

Anexos

No presente estudo, foram analisados os pisos salariais de 685 unidades de negociação realizadas em todo o país. Aproximadamente 89% dos pisos salariais foram coletados de convenções coletivas de trabalho, e 11% de acordos coletivos de trabalho (Tabela 10).

TABELA 10
Distribuição dos pisos salariais analisados,
por tipo de instrumento normativo
Brasil, 2013

Tipo de instrumento	nº	%
Acordo Coletivo	76	11,1
Convenção Coletiva	609	88,9
Total	685	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários
Obs.: Acordo coletivo é o nome dado ao contrato coletivo de trabalho assinado por entidades sindicais dos trabalhadores e empresas.
Convenção coletiva é o nome dado ao contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores e de empresas

A Tabela 11, a seguir, apresenta a distribuição dos pisos salariais segundo a data-base da categoria. Cerca de 23% dos pisos referiam-se a negociações com data-base em maio; 13% em janeiro; 12% em março e 11% em setembro (Tabela 11).

TABELA 11
Distribuição dos pisos salariais analisados,
por data-base
Brasil, 2013

Data-base	nº	%
Janeiro	87	12,7
Fevereiro	21	3,1
Março	84	12,3
Abril	51	7,4
Maio	154	22,5
Junho	44	6,4
Julho	27	3,9
Agosto	26	3,8
Setembro	74	10,8
Outubro	49	7,2
Novembro	59	8,6
Dezembro	9	1,3
Total	685	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Cerca de 51% dos pisos analisados pertencem a unidades de negociação do setor industrial, 28% aos serviços, 17% ao comércio e 4% ao setor rural. As atividades econômicas com maior número de pisos analisados foram: na indústria – construção e mobiliário, metalurgia e alimentos; nos serviços – turismo e hospitalidade, transportes e comunicações; e no comércio – comércio varejista e atacadista (Tabela 12).

TABELA 12
Distribuição dos pisos salariais analisados,
por setor e atividade econômica
Brasil, 2013

Setor / Atividade Econômica	nº	%
Indústria	349	50,9
Alimentação	56	8,2
Artefatos de Borracha	4	0,6
Artefatos de Couro	1	0,1
Construção e Mobiliário	77	11,2
Extrativista	7	1,0
Gráfica	13	1,9
Instrumentos Musicais e Brinquedos	1	0,1
Joalheria	1	0,1
Metalúrgica	68	9,9
Papel, Papelão e Cortiça	16	2,3
Química e Farmacêutica	29	4,2
Fiação e Tecelagem	17	2,5
Urbana	18	2,6
Vestuário	39	5,7
Vidros	2	0,3
Comércio	117	17,1
Varejista e Atacadista	95	13,9
Minérios e Deriv. de Petróleo	18	2,6
Propag. e Vend. Prod. Farmacêuticos	4	0,6
Serviços	192	28,0
Agentes Autônomos do Comércio	8	1,2
Bancos e Seguros Privados	11	1,6
Comunicações, Publ. e Jornal.	26	3,8
Difusão Cultural	6	0,9
Educação	13	1,9
Processamento de Dados	8	1,2
Profissionais Liberais	1	0,1
Segurança e Vigilância	15	2,2
Serviços de Saúde	19	2,8
Transportes	32	4,7
Turismo e Hospitalidade	53	7,7
Rural	27	3,9
Total	685	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Quanto à distribuição geográfica, a maior participação é a da região Sudeste, com cerca de 41% dos pisos salariais. Os estados com o maior número de pisos salariais analisados foram: São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Bahia (Tabela 13).

TABELA 13
Distribuição dos pisos salariais analisados,
por Região Geográfica e Unidade da Federação
Brasil, 2013

Região / Unidade da Federação	nº	%
Norte	45	6,6
Acre	0	0,0
Amazonas	19	2,8
Amapá	0	0,0
Pará	21	3,1
Rondônia	4	0,6
Roraima	1	0,1
Tocantins	0	0,0
Nordeste	128	18,7
Alagoas	4	0,4
Bahia	40	5,9
Ceará	22	3,2
Maranhão	1	0,1
Paraíba	12	1,6
Pernambuco	22	3,3
Piauí	5	0,6
Rio Grande do Norte	13	2,2
Sergipe	9	1,4
Centro-Oeste	42	6,1
Distrito Federal	12	1,8
Goiás	21	3,1
Mato Grosso	5	0,7
Mato Grosso do Sul	4	0,6
Sudeste	275	40,1
Espírito Santo	10	1,5
Minas Gerais	65	9,5
Rio de Janeiro	58	8,5
São Paulo	142	20,7
Sul	191	27,9
Paraná	65	9,5
Rio Grande do Sul	74	10,8
Santa Catarina	52	7,6
Nacional / Inter-regional⁽¹⁾	4	0,6
Total	685	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Pisos salariais definidos em acordos ou convenções coletivas com abrangência nacional ou inter-regional

Notas Metodológicas

1. As informações analisadas neste estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho registradas no SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Os documentos foram remetidos a este Departamento pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas estudadas e pelos escritórios regionais e subseções do próprio DIEESE.
2. Cada registro do painel corresponde a uma única unidade de negociação. Por unidade de negociação considera-se cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários e que resulta em um documento formalizado entre as partes.
3. Nos estudos realizados entre 2004 e 2008 foram considerados os pisos salariais referentes a um conjunto de unidades de negociação que em cada ano formava um painel diferente. A partir de 2009, o SAS-DIEESE passou a analisar informações dos pisos salariais de negociações pertencentes a um painel fixo, tendo por base as unidades de negociação analisadas em 2008, posteriormente ampliado. Atualmente, o painel conta com o registro das informações de 895 unidades de negociação dos setores da indústria, comércio, serviços e rural.
4. Nem sempre é possível contar com o painel completo de unidades de negociação no momento da elaboração do estudo. Em parte, isso é devido ao não encerramento dos processos de negociação coletiva dos acordos acompanhados pelo SAS-DIEESE. Por essa razão, varia o número de unidades de negociação analisados ano a ano após 2008.
5. Na maioria das unidades de negociação que compõem o painel analisado foram fixados dois ou mais valores para os pisos salariais. Nestes casos, foram considerados para a análise somente o menor valor estabelecido para trabalhadores que desempenham a atividade-fim da empresa ou atividade econômica. Excluem-se da análise, portanto, os valores fixados para as atividades-meio, como os demais valores fixados para a atividade-fim.
6. Para a conversão do valor do piso salarial em múltiplos de salário mínimo considerou-se o valor do salário mínimo vigente na data-base da categoria.
7. O painel de informações utilizado não permite extrapolações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra estatística. Assim, os valores aqui indicados têm valor indicativo e buscam captar tendências das negociações dos pisos salariais no país.
8. O foco único das análises aqui desenvolvidas é a negociação para definição de pisos salariais. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável.
9. Foram excluídos dessa análise os contratos assinados por entidades representativas de funcionários públicos. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das

negociações relacionadas a essas categorias, que contrastam com as características das negociações desenvolvidas nos demais setores econômicos.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Antônio de Sousa – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Vice Presidente: Alberto Soares da Silva – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório – APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luís Carlos de Oliveira – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes – Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira – Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa – Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva – Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho – Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora executiva: Patrícia Pelatieri

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Coordenador de educação: Nelson de Chueri Karam

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenador de atendimento técnico sindical: Airton Santos

Coordenadora de estudos e desenvolvimento: Angela Maria Schwengber

Técnico responsável

Luis Augusto Ribeiro Costa

Revisão técnica e crítica

Frederico Melo

José Álvaro Cardoso

José Silvestre Prado de Oliveira

Victor Gnecco Soares Pagani